

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2011

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. LUCRO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41, Deliberação da CVM 636 e IAS 33, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e o diluído.

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro por ação básico	1.404.422	1.399.962
Lucro líquido disponível para as ações ordinárias	672.785	672.731
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	2.0875	2.0810
Lucro por ação - básico (em R\$)	67,27	66,72
Lucro por ação diluído	1.404.422	1.399.962
Lucro líquido disponível para as ações ordinárias	1.404.422	1.399.962
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	672.785	672.731
Incremento/diluições das ações em virtude do plano de opções de ações	105	(135)
Lucro por ação - diluído (em R\$)	2,0871	2,0814

15. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Conforme o capítulo VI, art. 29, letra b do Estatuto Social, os dividendos estatutários mínimos obrigatórios correspondem a 40% (quarenta por cento) do lucro líquido do exercício, na forma prevista pelo art. 202, da Lei de Sociedades por Ações.

O Conselho de Administração, em reuniões de 15 de junho de 2011 e de 15 de dezembro de 2011, aprovou, a distribuição a seus acionistas de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), os valores de R\$ 27,3 milhões e R\$ 42,5 milhões, respectivamente (2010: R\$ 26,3 milhões e R\$ 26,4 milhões).

Os dividendos pagos em 2011 foram de R\$ 1.159,2 milhões (2010: R\$ 1.277,3 milhões) aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 20 de abril de 2011. Dividendos complementares para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 744,5 milhões, serão propostos para distribuição na próxima Assembleia Geral Ordinária.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi constituída "Reserva de dividendos adicional proposto" no final do exercício (Nota 12.e), ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. De acordo com a IAS 10, os dividendos são somente reconhecidos quando se constitui a obrigação legal, quando deliberado o pagamento de dividendos.

16. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração determinou um único segmento operacional para os negócios da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A receita gerada pelo segmento operacional reportado é oriunda, da captura e processamento das transações com cartão de crédito e cartão de débito, aluguel dos equipamentos de captura, de outros serviços prestados para as empresas parceiras mediante captura e roteamento de transações realizadas com cartões de benefícios (*voucher*) e cartões *private label* e das receitas financeiras líquidas apuradas com pré-pagamentos efetuados aos estabelecimentos das transações com cartões de crédito. As informações do segmento de negócio, revisada pela Diretoria Executiva e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, são as seguintes:

	31/12/2011	31/12/2010
Receita operacional líquida	2.772.506	2.618.268
Crédito	1.422.324	1.356.659
Débito	489.327	396.004
Aluguel de equipamentos	692.131	734.966
Outros	168.724	130.639
Custo dos serviços prestados	(784.348)	(659.263)
Custo dos serviços prestados	(614.301)	(505.558)
Depreciação e amortização	(170.047)	(133.705)
Margem de contribuição	1.988.158	1.979.005
Resultado financeiro	637.063	608.784
Resultado antes das despesas e receitas operacionais	2.625.221	2.587.789

Não existem clientes cuja representatividade da receita seja superior a 10% da receita operacional líquida da Companhia.

17. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	31/12/2011	31/12/2010
Custos dos serviços prestados:		
Captura e processamento	246.652	204.219
Credenciamento e atendimento ao cliente	367.649	301.339
Encargos de depreciação e amortização	170.047	133.705
Total	784.348	639.263

18. DESPESAS OPERACIONAIS

a. Pessoal

	31/12/2011	31/12/2010
Salários e benefícios	163.927	145.150
Encargos sociais	73.520	60.086
Outros	13.727	11.806
Total	251.174	217.042
Número de empregados	1.054	1.455

A Companhia no 1º semestre de 2011, em continuidade a importantes projetos voltados para a eficiência operacional, iniciou uma reestruturação organizacional, a qual resultou em uma nova estrutura organizacional com Diretorias Executivas e Comitês revisados, além de equipes de diversas áreas sendo reestruturadas a fim de obter maior integração e agilidade.

b. Administrativas

	31/12/2011	31/12/2010
Prédios e telefonia corporativa	30.686	28.358
Serviços contratados	28.770	34.529
Manutenção de TI e Processamento de dados	51.900	46.344
Viagens e representações	9.489	8.086
Outras	18.574	16.255
Total	139.419	133.572

c. Outras despesas operacionais

	31/12/2011	31/12/2010
Parcerias com bancos domiciliadores	22.474	15.067
Incentivos fiscais - Patrocínios Culturais da Lei Rouanet, Desportivos e Doações	17.988	16.941
Depreciação e amortização	10.377	9.457
Outras	18.747	3.147
Total	69.586	44.612

19. RECEITA E DESPESAS FINANCEIRAS

	31/12/2011	31/12/2010
Receitas financeiras na antecipação de recebíveis	930.525	904.021
Despesas financeiras	(312.505)	(314.045)
Outras receitas financeiras	19.043	18.808
Resultado financeiro	637.063	608.784

20. DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro antes do IR e CSLL	2.079.397	2.077.005
IR e CSLL à alíquota nominal de 34%	706.995	706.182
Despesas não dedutíveis	4.700	1.054
Patrocínios Culturais da Lei Rouanet, Desportivos e Doações	(11.751)	(10.986)
Benefício fiscal sobre juros sobre o capital próprio	(23.743)	(17.916)
Incentivo fiscal por inovação tecnológica	(907)	(1.169)
Outros incentivos (PAT)	(319)	(122)
Total	674.975	677.043
Alíquota efetiva do IR e CSLL	32,46%	32,60%

21. CONTINGÊNCIAS

a. Ativo contingente

A Companhia não possui ativo contingente.

b. Passivos contingentes

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

As provisões, segundo julgamento da Administração da Companhia e com base na opinião de seus consultores legais, foram constituídas em montantes considerados adequados à cobertura de eventuais perdas, sendo reavaliadas periodicamente.

Os "depósitos judiciais em garantia" vinculados aos processos cíveis, trabalhistas e tributários, estão demonstrados no "Ativo não circulante", no grupo "Realizável a longo prazo" no montante de R\$ 13.467 (31 de dezembro de 2010: R\$ 14.292).

c. Composição dos passivos contingentes provisionados

	31/12/2011	31/12/2010
Contingências cíveis	15.866	10.810
Contingências trabalhistas	6.873	7.136
Contingências tributárias	7.016	7.016
Total	29.755	24.962

Os montantes acima mencionados foram calculados considerando os pedidos efetuados pelos autores em cada uma das ações ou pelo montante dos tributos não recolhidos pela Companhia sob garantia de medidas judiciais concedidas para a Companhia, todos atualizados monetariamente e computados os juros quando devidos.

d. Movimentação das provisões

	31/12/2011	Adições	Baixas	31/12/2011
Contingências cíveis	10.810	5.495	(439)	15.866
Contingências trabalhistas	7.136	907	(1.170)	6.873
Contingências tributárias	7.016	-	-	7.016
Total	24.962	6.402	(1.609)	29.755

e. Provisões cíveis

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia era parte em 1.931 ações de natureza cível, que envolviam o valor estimado de R\$ 15,9 milhões (31 de dezembro de 2010: R\$ 10,8 milhões) correspondentes aquelas ações em que a probabilidade de perda é provável, conforme avaliações dos advogados internos e externos da Companhia, contemplando-se os valores pleiteados a título de indenização por danos morais. Dentre elas, destacam-se 162 ações ajuizadas pelos Estabelecimentos, contra a retenção de créditos pela Companhia decorrente de indícios de fraude com a conviência dos Estabelecimentos, 207 ações contra a retenção de créditos pela Companhia em decorrência de contestação das transações por parte dos portadores de cartões (Chargeback), e 1.562 ações que envolvem o relacionamento com estabelecimentos, desde cobrança de taxas, aluguel de POS, alteração de domicílio bancário, dentre outros.

f. Provisões trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia figurava como ré em 403 processos trabalhistas, sendo 102 ações movidas por ex-empregados da Companhia e 301 ações movidas por ex-empregados das empresas prestadoras de serviços para a Redecard. Tais ações são relativas, em grande parte, a pedidos de pagamento de horas extras e equiparação salarial. O valor total de perda estimado nesses processos é de R\$ 6,9 milhões (31 de dezembro de 2010: R\$ 7,1 milhões), em relação aos quais foi constituída provisão integral, conforme análise dos advogados internos da Companhia com base na média histórica dos valores de condenações em ações semelhantes e, posteriormente, com suporte nos cálculos efetuados pelo perito contábil contratado pela Companhia.

g. Provisões tributárias

1. Suspensão da exigência da contribuição para o PIS e para a COFINS, calculada no método "não-cumulativo" às alíquotas de 1,65% e 7,6%, respectivamente. A Companhia passou a efetuar depósito judicial dos valores apurados mensalmente. O valor acumulado dos depósitos judiciais e respectiva provisão em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 6,4 milhões (31 de dezembro de 2010: R\$ 6,4 milhões).

2. Execução fiscal referente a débito sobre o "PIS Repique" de 1999, por montante declarado em Declaração de débitos e créditos tributários federais (DCTF) e não tendo sido localizado o respectivo recolhimento. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2011 é de aproximadamente R\$ 0,6 milhão (31 de dezembro de 2010: R\$ 0,6 milhão).

h. Passivo contingente - perda possível

Por meio de auto de infração lavrado em 11/07/2008, a Receita Federal constituiu crédito tributário de PIS e COFINS acrescidos de multa de infração e juros de mora no valor total de R\$ 372,0 milhões, sob o argumento de que a Companhia não teria efetuado o recolhimento desses tributos sobre as receitas relativas ao recebimento antecipado de vendas no período de 31/08/2004 a 31/05/2008.

Em 31 de dezembro de 2011 o valor total é de R\$ 532,9 milhões (31 de dezembro de 2010: R\$ 477,9 milhões). Por tratar-se de um desconto obtido mediante pagamento antecipado de uma dívida da Companhia em favor do estabelecimento contratante, a Companhia entende que a receita decorrente desse desconto deve ser classificada como receita financeira e, como tal, está sujeita no período objeto da atuação à alíquota de 0% tanto para o PIS como para a COFINS. O Fisco, por outro lado, nega a natureza jurídica de receita financeira destes descontos, classificando-os como receita decorrente de prestação de serviços e, em consequência, exigindo a tributação correspondente. Em 30 de dezembro de 2008, a Companhia tomou ciência da decisão de primeira instância administrativa que manteve integralmente o lançamento tributário, sendo que a Companhia interpôs o competente recurso voluntário contra a referida decisão. O processo tramita atualmente no Segundo Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda. A Administração da Companhia entende não ser necessária nenhuma provisão em razão das opiniões dos seus consultores jurídicos e tributários, tendo em vista que as perspectivas de êxito são consideradas como possíveis.

i. Ações de órgãos governamentais

Em maio de 2009 a ABRANET - Associação Brasileira dos Proveedores de Acesso Serviços e Informações da Rede de Internet ofertou representação perante a Secretaria de Direito Econômico - SDE, acusando a Companhia pela inclusão de cláusulas e condições comerciais alegadamente injustificáveis e anticoncorrenciais, constantes de minuta do novo contrato de credenciamento, proposto pela Redecard às empresas denominadas intermediadoras. A Secretaria de Direito Econômico, com base na representação, instaurou processo administrativo para apurar denúncias de supostas infrações à ordem econômica e aplicou Medida Preventiva contra a Redecard, em julho de 2009, no sentido de impedir a adoção de determinadas cláusulas contratuais. A Redecard apresentou sua defesa em agosto de 2009, refutando as alegações da ABRANET. Posteriormente, a SDE iniciou a fase instrutória do processo e passou a realizar diversas diligências nesse sentido. Em 5 de janeiro de 2010, foi juntada a petição da Redecard requerendo a expedição de ofícios para a MasterCard e os intermediadores, com a finalidade de comprovar o quanto alegado em sede de defesa. Em 2 de fevereiro de 2010 os autos foram remetidos para a Secretaria de Acompanhamento Econômico, para análise e eventual manifestação sobre o feito. Mencionado ofício foi reiterado em 25 de março de 2010, após o envio de cópia integral dos autos pela SDE. Em 22 de julho de 2010 foi juntada manifestação da REDECARD, com novas regras de boletim emitido pela MasterCard e reiterando a expedição de ofícios para a MasterCard e os intermediadores. Em 25 de agosto de 2010, foi realizada reunião entre os advogados da Redecard com as autoridades da SDE, ocasião em que foram explanadas as regras da bandeira impostas à Redecard. No mesmo mês, foram expedidos ofícios requeridos pela Redecard aos intermediadores e a MasterCard. Os questionamentos foram respondidos pelos intermediadores durante os meses de setembro e outubro. Em 1º de outubro de 2010, foi juntada aos autos a resposta da MasterCard, confirmando o quanto alegado pela Redecard a respeito das suas responsabilidades perante a bandeira. Aguarda-se manifestação da SDE. A Administração da Companhia entende não ser necessária qualquer provisão em razão das opiniões dos seus consultores jurídicos, tendo em vista as perspectivas de êxito consideradas como possíveis. Caso a Companhia seja condenada pelo CAD, estará sujeita à imposição de multa, prevista no art. 23, inciso I da Lei 8.884/94.

22. COMPROMISSOS

A Companhia tem compromissos firmados através de contratos:

i) Locação de imóveis, com vigência até 2014 e, para o exercício de 2011, o valor é de R\$ 9,9 milhões. Para os anos subsequentes esse valor deverá ser atualizado de acordo com índice acordado em contrato. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 o valor referente as despesas com aluguéis é de R\$ 9,8 milhões.

ii) Arrendamento financeiro, com vigência até 2012. O valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2011 monta R\$ 6,3 milhões classificado na rubrica "fornecedores", conforme nota 5.6. O valor pago no exercício de 2011 é de R\$ 5,4 milhões.

A Companhia não possui compromissos firmados para aquisição de equipamentos de captura e processamento de dados. Os investimentos de capital previstos para os exercícios subsequentes estão de acordo com o plano orçamentário da Companhia.

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas referem-se a:

	31/12/2011	31/12/2010
Contas a receber de bancos emissores	10.614.099	9.181.603
Itaucard e outras empresas do grupo		
Outras receitas		
Itaú Unibanco e outras empresas do grupo	47.684	28.756
Custos dos serviços prestados		
Orbital	72.657	60.806
Itaú Unibanco	586	506
Despesas financeiras		
Itaucard	28.630	123.407

Descrição dos contratos

i) Contas a receber de bancos emissores

Os valores referem-se aos montantes devidos pelos bancos emissores à Companhia, decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito das bandeiras mencionadas, os quais serão posteriormente repassados pela Companhia aos estabelecimentos credenciados.

As condições de contratação com os emissores são estabelecidas com decorrência dos regulamentos e manuais emitidos pela referida bandeira. Dessa forma, essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais emissores de cartões de crédito ou de débito autorizadas pelas bandeiras.

ii) Outras receitas

Trava de domicílio bancário

São decorrentes de contratos de prestação de serviços de trava de domicílio bancário, firmados com o Itaú Unibanco, cujo serviço consiste em assegurar aos bancos a trava do domicílio bancário dos estabelecimentos credenciados que venham a efetuar operações financeiras com tal Banco.

Prestação de Serviço para demais empresas do conglomerado Itaú Unibanco

São contratos de prestação de serviços de captura, transporte, roteamento e transmissão de dados de transações realizadas pelos portadores de cartões nos estabelecimentos credenciados ao Sistema Redecard.

Electronic referral

Contrato de prestação de serviço com o Itaú Unibanco com o objetivo de proporcionar mais segurança nas transações com cartões de Crédito e Débito, cujas características, especificações e condições de utilização e aceitação são regras determinadas pela Redecard e aceitas pelo estabelecimento e pelo Banco.

iii) Custos dos serviços prestados

Processamento de dados

A Orbital Serviços e Processamento de Informações Comerciais S.A. é uma sociedade controlada pela Itaú Unibanco Holding S.A. e presta serviços para a Companhia de: (i) processamento de dados Mainframe, Risc, Intel e Plataforma Web; e (ii) gerenciamento, operação e realização da manutenção periódica - preventiva e corretiva; administração e realização da comunicação entre estes ambientes e destes com ambientes de terceiros.

Credenciamento

Contrato de prestação de serviços com o Itaú Unibanco para prestação de serviço de credenciamento.

iv) Despesas Financeiras

Custos financeiros decorrentes das antecipações de recebíveis da Redecard junto ao Banco Itaucard S.A.

Contrato de prestação de serviços de escrituração de ações da Redecard firmado com o Itaú Unibanco, pelo qual o Itaú Unibanco prestará serviços de ações escriturais e de agente emissor de certificados de ações da Companhia.

v) Programa de estímulo a ativação de estabelecimentos ao sistema Redecard

A Redecard apropria mensalmente ao resultado valores com o objetivo de promover, junto à base de estabelecimentos dos bancos credenciados, ações de ativação de estabelecimentos ao Sistema Redecard. Esses valores são apurados com base no faturamento das transações de crédito e de débito dos novos estabelecimentos credenciados, por período determinado. Durante o exercício de 2011, a Redecard provisionou o valor de R\$ 11,2 milhões (31 de dezembro de 2010: R\$ 7,1 milhões), para efetuar campanhas junto a base de estabelecimentos domiciliados pelo Itaú Unibanco.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Remuneração dos diretores e do Conselho de Administração: os diretores são os representantes legais da Companhia, responsáveis, principalmente, pela sua Administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração. São todos brasileiros e residentes no Brasil. Os diretores são eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição, podendo, a qualquer tempo, ser destituídos pelo Conselho de Administração. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a diretoria deve ser composta por, no mínimo 3 e, no máximo, 10 membros. Em 31 de dezembro de 2011, a diretoria da Companhia é formada por 7 membros, sendo um Diretor Presidente. O Conselho de Administração é composto de no mínimo 5 e no máximo 10 membros. Em 31 de dezembro de 2011 o Conselho de Administração da Redecard é formado por 8 membros, dos quais 4 são Conselheiros Independentes. A remuneração atribuída aos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foi a seguinte:

	31/12/2011	31/12/2010
Remuneração		
Conselho de Administração	1.550	2.141
Administradores	6.116	6.779
Participações no lucro		
Administradores	11.284	8.663
Contribuições ao plano de aposentadoria		
Administradores	411	304
Remuneração baseada em ações - administradores	1.454	1.012

24. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a. Seguros contratados

A Companhia, a despeito de apresentar reduzido grau de risco de sinistro, tem como política contratar cobertura de seguros para os seus ativos, com o custo anual dos prêmios de R\$ 0,2 milhão, e estão divididos em:

Ramo	Bens segurados	R\$ Milhões	Valores em risco cobertos
RD Patrimonial	Prédios, móveis, utensílios e instalações que constituem os estabelecimentos da Companhia, descritos na apólice.	50,9	50,9
Compreensivo Empresarial	Equipamentos POS e PDD, material de sinalização e marketing armazenados em local de terceiros.	24,2	24,2
Responsabilidade Civil	RC Operações - Estabelecimentos comerciais e/ou industriais; RC Empregador; RC Riscos Contingentes - Veículos terrestres motorizados. Mercadorias inerentes ao ramo comercial ou industrial consistindo principalmente de terminais POS, PDD (Wireless) e Pin Pad inclusive suas partes, peças e acessórios.	2,0	2,0
Transporte Nacional		500,0	500,0

O valor total desses equipamentos corresponde a aproximadamente R\$ 450,0 milhões, de acordo com o custo de reposição. Esses equipamentos encontram-se instalados em mais de 1 milhão de estabelecimentos credenciados ao Sistema Redecard, em todo o território nacional. Para efeito de definição do "valor em risco", são analisadas, entre outras vari